

APONTAMENTOS METODOLÓGICOS ACERCA DA CRÍTICA DAS FONTES NA HISTORIOGRAFIA

Prof. Dr. Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho
Universidade de Sorocaba (UNISO)



1º de Maio

Comemora-se hoje, em todo o mundo civilizado, onde a importante classe operaria consite, por assim dizer a aia vana do verdadeiro progresso, o unico que pode regenerar o grandes, os capitalistas, os ho-mens sem alma e sem coração, porque só tratam da sua in-dividualidade, menos prezando o interesse dos outros, dos que lhe augmentam a fortuna e os fazem grandes figuras, com prejuizo da sua propria saúde e de toda a sua geração.

As 8 horas de trabalho, é uma necessidade que se impõe, não ha, provavelmente ninguém, (que não seja capitalista) que diga o contrario.

A immensa barbaridade que até aqui temos observado, a imposição de 15 e mais horas de trabalho, é o cumulo da selvageria, é a ingratitude na sua plenitude, é enfim, o re-quite da maldade.

O operario, nesta grande Patria, onde o sol da liberdade brilha, illuminando tudo, tudo embellezando, é o mais castigado, soffre com a paciencia propria da necessidade, porque do contrario não terão mais o pão quotidiano para dar aos seus filhos e, fatalmente morram de fome!

Não sabemos entretanto, por-que o Governo, liberal como é sujeito a um regimen demo-cratico, por todos os titulos digno de uma epopéa, o Governo da nossa abandonada terra, desta terra grandiosa, desta terra cheia de vida e de futuro, não dá ouvidos ao reclamos justos e sinceros d'uma classe tão po-de-rosa, como seja a dos operarios, desses luctadores constantes que são, pode-se afirmar, os unicos os verdadeiros pagadores do progresso, que é, na realidade, a melhor coisa que pode aspi-rar um povo livre, como seja o povo Brasileiro, amigo da

paz, amigo da concordia e re-speitado pelos proprios extran-geiros que, formando uma massa enorme, povoando o territo-rio, dan-l' o incremento a tudo, nos estima, constituindo aqui as suas familias e vivendo enfim connosco!

A razão é simples de explicar: Predomina infelizmente, entre nós o preconceito, esse preconceito nefasto que tudo prejudica, cujo unico resultado é dar valor aos grandes, com grande sacrificio dos pequenos.

Precisamos; é uma necessida-de mesmo, que batalhemos pela nossa liberdade, e que os por-tentados reconheçam uma vez por todos o nosso legitimo di-reito, o mais sublime dos di-reitos, a subsistencia para a família sem prejuizo da saúde.

Os grandes homens, os mar-tyres da fé e da sciencia, sa-crificaram-se, porque então não podemos nos sacrificar?

Havemos de avançar, com a coragem precisa para resistir os innumeros adversarios, mas ha-veremos de triumphar, como o grande Colombo descobrindo a America, havemos de triumphar como Floriano Peixoto, resis-tindo uma revolta, havemos de triumphar enfim, como o emi-nente Castellar, dominando um auditorio immenso e selecto com a sua eloquente palavra.

Somos fracos, somos humildes porém ninguém calcula o que pensamos. O dia da victoria es-tá proximo, e nesse dia glorio-so para todos os oprimidos, tremulará a nossa bandeira, que é de paz, que é de liberdade, mas que significara bem alto nas suas multiples cores: tudo quan-to for verdadeiro, tudo quanto for justo e grandioso para a humanidade, porque ella repre-sentará o direito, representa a lei, representará a justiça, a unica coisa que nos falta e que devia brilhar como o sol ao romper da aurora, resplendendo a natureza e fazendo-nos crer num poder superior que ha de vencer que ha de reagir sem

por em beneficio da classe tra-balhadora, que hoje comemora uma das suas mais bellas conquistas.

Salve, pois, o dia 1.º de Maio.

O 1.º de maio de 1906 e as oito ho-ras

Nenhum movimento simboliza melhor os metodos d'acção confederal, do que a campanha de agitação em favor das oito horas, que teve a sua primeira grande manifestação em maio de 1906, em conformidade com a decisão tomada no congresso confederal de Bourges, em 1904.

Significação da decisão de Bourges.— Esta decisão estipulava que até ao dia 1.º de maio u ma intensa campanha d'agita-ção devia familiarizar os traba-lhadores com a necessidade de reduzir a oito horas o dia de trabalho, fazer-lhes compreender que este progresso não seria adquirido senão pela sua pro-pria vontade, e que, por con-sequencia, era preciso que elles tivessem energia para tomarem a iniciativa de não trabalharem mais de 8 horas por dia. O 1.º de maio de 1906 estava indica-do como uma data d'acção.

Alguns esforçaram-se por adulterar esta decisão, torcendo-lhe o sentido, para a reduzi-la a uma formula imperativa; e com o pretexto de que no 1.º de maio de 1906, a classe operaria não conquistou logo o dia de oito horas, apressaram-se a concluir que o sindicalismo re-volucionario tinha falido.

Permita-se-me, que fale em mim proprio, para mostrar co-mo esta adulteração era mal fundada. Em seguida ao congres-so de Bourges, escrevi o seguinte no *Mouvement Socialiste* (15 de março de 1905):

«É preciso comprehendermos que a formula «Conquista do dia de oito horas» não se deve

tomar num sentido restricto; constitue uma plataforma d'acção, que se alarga até conter todas as condições do traba-lho.

«O dia de oito horas é, se assim me posso exprimir, co-mo que uma palavra de passe, permitindo aos trabalhadores in-telligerem-se mais facilmente para uma acção de conjunto a executar. Esta acção consiste em arrancar ao patronato o mais que se puder, intensificando-se a acção mais particularmen-te sobre um ou outro ponto, segundo as corporações e o meio onde ellas operam. Assim, para os operarios da alimentação, para os barbeiros, etc., o es-ôrço concentra-se principalmente na conquista do descanso sema-nal...»

E conclua:
«Aconteça o que acontecer, o movimento em favor das oito horas ha de produzir resultados. Ha de verificar-se o principio de que nada se perde, nem nada se cria. O esforço não ha de ser perdido; sempre da acção saiu a acção.»

Este era o sentido da deci-são de Bourges, que interpretan-do-se literalmente, constituia uma affirmação teorica, rigida, absoluta, mas que na sua applicação pratica, devia soffrer e soffreu, as atenuações que neces-sariamente impõem o meio, as circunstancias, a vida.

Os resultados moraes.—O que é necessario sobretudo fixar, é o enorme effeito educativo cau-sado por aquella decisão.

Durante deztoito menses, fez-se uma propaganda intensa em fa-vor das oito horas, d'onde resul-tou a vulgarização da neces-sidade da diminuição do tempo de trabalho. D'ahi por diante, já o dia de oito horas não apa-recia como uma coisa longinqua, irrealisavel,— como resultava da propaganda do socialismo dogmatico—e o que é mais de-sapareceu o preconceito que attribua á diminuição de horas de trabalho, condições estreitas,

Langlois e Seignobos historiadores franceses influentes na virada do século XIX para o XX, escrevem, no seu célebre livro sobre metodologia da história, que a história se faz com documentos, enfatizam assim o caráter fundamental dos documentos na produção do conhecimento histórico e, peremptórios, afirmam: onde não há documentos não há história. O historiador Ciro Flamarion Cardoso, ao analisar essa famosa passagem, menciona o que ela tem de atual, afinal as fontes históricas ocupam um lugar insubstituível na historiografia; porém, por outro lado, a produção historiográfica não é mais a mesma em relação aquela do final dos oitocentos. O que acarreta mudanças de perspectivas, novos olhares e, em consequência disso, a ampliação da noção mesma de fontes históricas.¹

A incorporação de novos materiais, novas fontes, leva a historiografia a um refinamento dos procedimentos metodológicos para a sua análise. Esses caminhos adotados devem estar relacionados a aportes teóricos escolhidos pelo historiador, pois é a partir desses subsídios, desses modos de ver as coisas, dessas perspectivas, que o pesquisador vai interrogar as fontes históricas.²

Aqui vamos propor uma sucinta reflexão acerca dos procedimentos da crítica das fontes pela historiografia, especificamente através da análise dos materiais produzidos pela imprensa.

Interessante notar que, a despeito de todos os esforços empregados por certas correntes historiográficas no sentido de renovação e ampliação da noção de fontes históricas, ao longo de todo o século XX, os historiadores, especificamente os brasileiros, demoraram em utilizar e explorar as possibilidades e potencialidades desse tipo de documentação.

Tal postura estava relacionada a uma hierarquização das fontes históricas estabelecida pela historiografia do século XIX, que supostamente deveria valer-se de materiais marcados pela objetividade, neutralidade e credibilidade, algo que as fontes produzidas pela imprensa não poderiam oferecer, uma vez que se configuravam como registros fragmentados do real, marcados por um influxo de interesses, compromissos e paixões difíceis de delimitar pelo pesquisador. Essa visão começou a modificar-se em vista de toda uma discussão teórica e metodológica que criticava essa visão ingênua de que algumas fontes poderiam ser mais neutras e objetivas do que outras. A partir daí, como coloca a historiadora Tania de Luca, a preocupação passou a ser estabelecer princípios metodológicos visando à superação de um “uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador.”³

No contexto desse debate, ao longo da década de 1970, o material produzido pela imprensa passa a ser utilizado pela historiografia de maneira mais sistemática. Nesse sentido, uma das primeiras áreas a utilizar esse material como fonte privilegiada foi a chamada história social, particularmente no que diz respeito a história do movimento operário, que viceja nos meios acadêmicos brasileiros com grande destaque entre as décadas de 1970 e 1990.⁴

Outra área importante para o desenvolvimento da história social é a história das cidades, em muitos contextos, essa temática está intimamente relacionada ao mundo do trabalho e da industrialização. Os jornais vão se constituir como uma fonte privilegiada para o estudo dos processos de urbanização. Muitos desses estudos procuram descortinar todo um complexo processo histórico pautado pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado, a modernização de vários aspectos da sociedade brasileira e a introdução de valores de um modo de vida burguês. Esse contexto que podemos denominar como a interiorização da modernidade no país, em especial nos espaços urbanos mais dinâmicos, começa a se configurar desde a segunda metade do século XIX, mas ganha

intensidade, já no período republicano, na virada do século XIX para o XX.

Pois bem, a imprensa nacional documenta todo esse contexto de transformações urbanas a partir de uma certa perspectiva, invariavelmente em consonância com os projetos de modernização executados pelas lideranças políticas das cidades. Dessa forma, o que predomina das páginas dos jornais é um tom laudatório com relação a essas transformações e uma “celebração do progresso” pelo qual acreditava-se o país estar passando.⁵

A historiografia geralmente aborda esse período como um momento de transição para a imprensa nacional, do caráter amador e ligado às facções políticas, portanto um jornal opinativo, característico de todo o século XIX, passa-se para um momento de profissionalização, ou seja, a atividade, torna-se antes de tudo um negócio, marcado pela modernização do métodos de impressão, maiores tiragens, barateamento dos custos e uma melhor distribuição.⁶

Porém, essas características vão se fazer sentir com mais intensidade nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que, nas cidades do interior, a imprensa continua, em grande medida, a apresentar as características dominantes do jornal fundado e mantido por grupos políticos específicos.

Esse é o caso da imprensa da cidade de Sorocaba nas primeiras décadas do período republicano. A despeito disso, o material publicado nesses periódicos se constitui como fundamental para o estudo da história urbana e das relações sociais que se constituem na urbe. Aqui há um detalhe a mais, como não havia órgão institucional do município, geralmente o jornal representante das forças políticas no poder era contratado para a publicação das leis municipais, códigos de posturas e relatórios dos prefeitos.

Evidentemente essa proximidade com o poder, fazia com que a perspectiva veiculada por esses órgãos fosse absolutamente convergente com as políticas urbanas implantadas pelos poderes municipais. Chamamos a atenção neste ponto, para um aspecto metodológico fundamental que está relacionado em particular com o trato desse tipo de fonte, mas que é válido para qualquer tipo de documentação. A saber, é fundamental antes de tudo que o pesquisador identifique o “lugar de fala” da fonte. Como já alertava o veterano historiador José Honório Rodrigues, em seu livro sobre metodologia da história, no caso dos jornais, “o problema crucial não é saber mais quem escreveu, ou o que escreveu, mas a quem pertence o jornal. A questão decisiva para o historiador é “de quem é?”⁷

Em Sorocaba, durante boa parte da chamada Primeira República (1889-1930), especificamente a partir de 1908, o jornal *Cruzeiro do Sul* foi o representante dos interesses do PRP (Partido Republicano Paulista) na cidade. Nesse período, Sorocaba consolida o processo de instalação de seu parque fabril, ligado principalmente à indústria têxtil.⁸ Esse fato leva a cidade a ser conhecida como a Manchester Paulista do interior do Estado. Epíteto rapidamente encampado pela burguesia industrial da cidade e orgulhosamente reproduzido por jornais como o *Cruzeiro do Sul*, que, em última instância, eram representantes de seus interesses.

Essa perspectiva pode ser conferida através de uma nota publicada no *Cruzeiro*, em 1923:

“Não tem sido talvez espantoso, mas considerado ninguém nega tenha sido nestes últimos dez anos o progresso de Sorocaba. A renda municipal triplicou, a população atingiu a respeitável número, verificando-se, só de 1918 a 1920, o aumento de cinco mil habitantes na cidade; surgiram os melhoramentos de vulto como os bondes eléctricos e o calçamento. E a camara gosa de credito financeiro invejavel, com todos os seus pagamentos em dia...

A febre de construções que soffrera durante a grande guerra, um colapso, de dois ou tres annos para cá, retomou a sua marcha quasi vertiginosa de 1915. A cidade se espraia pelo suburbio, onde se erguem de improviso bellas habitações, e no centro urbano raro é o local vago. As innumerables e importantes fabricas, beneficiadas pela confragação que abalou o mundo, também

foram ampliadas apreciavelmente.

Projectam-se agora melhoramentos que muito virão contribuir para o embelezamento e conforto de Sorocaba. É grato observar tudo isso, pois não, como é grato ver que, afastados de estereis lutas de facção, os políticos se entregam com amor à edificação do futuro grandioso da cidade.”⁹

O louvor ao progresso do município, seus melhoramentos urbanos, como os bondes elétricos e o calçamento, enfim, a boa condição financeira, relaciona-se, em grande medida, a situação favorável das indústrias têxteis localizadas na cidade, uma vez que estas são as principais responsáveis pelas rendas geradas no município. Via de regra, a imprensa local elabora cenários edílicos como os da nota citada, para expressar sua visão da urbanização e industrialização da cidade. A Manchester Paulista significa a cidade do progresso, a cidade das chaminés fumegantes, a cidade do trabalho, onde todos estão felizes e as contradições sociais não aparecem.

Na nota citada, há uma menção às contendas políticas estereis de tempos passados. De fato, elas vão ser frequentes nesse período republicano. Como a imprensa sorocabana era iminentemente política, sempre que tais rupturas aconteciam, uma das primeiras medidas tomadas pelos agrupamentos oposicionistas era fundar um jornal. Dessa forma, nas páginas dos periódicos da oposição poderia aparecer uma visão mais crítica a respeito das políticas urbanas vigentes. Porém, tais críticas, quando ocorriam, tinham fôlego curto, pois não se tratava de uma oposição por assim dizer ideológica, mas de frações de classe, ou seja, frações dentro mesmo das fileiras do PRP. Não se atacava as bases das contradições da chamada modernização conservadora que se implantava no Brasil naquele momento. Com efeito, quando as causas da ruptura política eram superadas e sanadas, às vezes por meio de métodos violentos, o discurso oposicionista desaparecia sem deixar maiores vestígios.

O contra discurso mais contundente a esses cenários vai aparecer na imprensa operária da época. Neste caso não se tratava de se situar dentro ou a favor da estratificação social ligada à burguesia industrial da cidade; mas sim, no outro pólo da relação capital-trabalho. É o que resplandece nas páginas do jornal O Operário – órgão de defesa da classe operária e noticioso. Nessas páginas estão documentadas toda a luta dos operários da cidade por melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho e condições para que os trabalhadores pudessem estudar.

Num texto publicado em 1909, o jornal procura sintetizar as condições de trabalho de operários e operárias nas fábricas locais:

“Sorocaba, a Manchester do Estado de S. Paulo, conta com um número elevadíssimo de operários que são obrigados pelos seus patrões a trabalharem 13 a 14 horas diárias para não morrerem de fome! Mal tratados pelos prepotentes gerentes e seus auxiliares que são os mestres e contra-mestres bajuladores que, não trepidam somente em maltratar também seus companheiros, roubando-lhes o suor, em proveito de seus patrões, impondo-lhes muitas exageradas e, reduzindo a classe ao estado a que se acha: sem horas para se instruir, sem horario para o seu descanso e sem liberdade de pensamento.

(...) Se por ventura não fosse nós operários, terião os patrões as suas fábricas? Não teria passado pela sua mente que nos dias de sua vida precisou do operário, quem cozeu a sua primeira camisa, não seria um operário? Quem fez o seu berço, não seria um operário? Quem desenhou as suas moedas e as cunhou, não deve ser também um operário? Enfim, tudo quanto tem os patrões fora feito pelos operários, porque razão somos tão mal tratados, nós operários, quando os patrões tem 300 a 400 contos ganhos com o suor nosso.

Infelizmente é tristíssima a situação operária nesta cidade.”¹⁰

Diante do foi aqui exposto sucintamente, enfatizamos mais uma vez, à guisa de conclusão, que o preceito metodológico fundamental e geral da crítica documental em história passa pela identificação do “lugar de fala” expresso nas fontes. Relacionado a isso e tratando-se especificamente das fontes produzidas pela imprensa, numa pesquisa

sistemática, o roteiro metodológico implica caracterizar o grupo responsável pela publicação, identificar os principais colaboradores, identificar o público a que se destinava, identificar as fontes de receita e analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida.¹¹

Notas:

- 1 CARDOSO, Ciro Flamarion. Uma Introdução à História. 4ªed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 46-47.
- 2 Para uma reflexão sobre a importância da teoria na produção do conhecimento histórico e sua relação com a metodologia ver: BARROS, José D' Assunção. Teoria da História – Princípios e conceitos fundamentais. Vol I. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- 3 LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 116.
- 4 Como demonstração do desenvolvimento dessa área de pesquisa ocorre a organização de arquivos especializados na história do movimento operário, como o Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp e o Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM). LUCA, Tania Regina de Op. Cit. p. 119. Para um estudo pioneiro sobre a imprensa operária no Brasil, ver: FERREIRA, M. Nazareth. A imprensa operária no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.
- 5 COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (Org.) História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008. p. 112.
- 6 LUCA, Tania Regina de. Op. Cit., p. 137.
- 7 RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil – Introdução Metodológica. 5ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. p. 417.
- 8 Sobre a história urbana de Sorocaba nesse período ver: PINTO JUNIOR, Arnaldo. A invenção da Manchester Paulista: embates culturais em Sorocaba (1903-1914). Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. e CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. Fisionomia da cidade – cotidiano e transformações urbanas – 1890-1943. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.
- 9 Cruzeiro do Sul, 11 de março de 1923.
- 10 O Operário, 31 de outubro de 1909.
- 11 LUCA, Tania Regina de. Op. Cit., p. 142.